

LISTA DO GOVERNO

Ministério avalia liberar pesca de 15 espécies de peixes no Estado

Espécies proibidas podem tornar a atividade inviável no litoral capixaba, alega setor

▄ PATRIK CAMPOREZ
pmao@redgazeta.com.br

Foi entregue ontem ao Ministério do Meio Ambiente, uma lista com 15 espécies de peixes que, na avaliação do setor, não deve ter a pesca e a comercialização proibidas, sob o risco de a atividade pesqueira tornar-se inviável no litoral capixaba. A lista foi entregue pelo deputado federal e líder da maioria na Câmara, Lelo Coimbra (PMDB), ao ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e contempla peixes como badejo amarelo, considerado importante ingrediente da tradicional moqueca capixaba.

Lelo assegurou que o ministério mostrou-se disposto a liberar a pesca das principais espécies que garantem o sustento dos pescadores do Espírito Santo, como garoupa, badejo, bodião, cherne, além de vários tipos de cação.

Toda essa movimentação em torno do setor da pesca no país foi causada por uma portaria que entrou em vigor, há algumas semanas, impedindo a pesca, o transporte e a comercialização de mais de 475 espécies que, segundo o governo, estão ameaçadas de extinção. A portaria 445 é de 2014, no entanto, várias ações na Justiça impediam a determinação do Ministério do Meio Ambiente de entrar em vigor.



Colônia de pescadores em Vitória: trabalhadores temem que proibição de pesca afete a atividade no Estado

O imbróglgio jurídico foi resolvido recentemente e a portaria passou a valer. Agora, os pescadores estão com os braços cruzados.

Segundo Lelo, em caráter complementar, também foi solicitado à liberação da pesca de cações, raias e tubarões incluídos na proibição da Portaria 445/2014, já que esses, geralmente, são pescados juntos com as outros 15 espécies listadas. “Estamos comprometidos com essa luta, sem prejudicar o meio ambiente nem as famílias que dependem da

FLEXÍVEL

“Nossa posição é de que o ministro (Sarney Filho, do Meio Ambiente) flexibilize a pesca de peixes de maior importância para o nosso Estado e que não se tem certeza de que estão em extinção”

LELO COIMBRA
Deputado Federal

pesca”, afirma Lelo.

No Espírito Santo, 16 mil pescadores vivem da pesca e estão sendo prejudicados, em maior ou menor grau, pela portaria do governo. O Ministério do Meio Ambiente foi procurado pela reportagem e, na tarde de ontem, disse que “aguarda o aporte de informações sobre a pesca do Espírito Santo” para iniciar uma avaliação sobre possíveis espécies poderão ser retiradas da lista de proibição.

PESCA SUSTENTÁVEL
O ministério justificou

que tem trabalhado na regulamentação de medidas para garantir a pesca sustentável no Brasil. “Apesar de 80% dos recursos pesqueiros estarem ‘super explorados’, os estudos de avaliação do estado de conservação das espécies brasileiras identificaram que um universo diminuto de espécies de peixes e invertebrados aquáticos tiveram redução populacional significativa estando ameaçados de extinção”.

O ministério ressalta que tem atuado para aper-

SAIBA MAIS

AS 15 ESPÉCIES

Abaixo, saiba quais são as 15 espécies de peixes capixabas que devem ser liberadas para a pesca e comercialização, segundo estimativa de pescadores e representantes do setor. A lista foi entregue ao Ministério do Meio Ambiente pelo deputado Lelo Coimbra (PMDB):

- ▼ Curumatã
- ▼ Vermelho
- ▼ Garoupa verdadeira
- ▼ Garoupa
- ▼ Cherne negro
- ▼ Cherne verdadeiro
- ▼ Sirigado
- ▼ Badejo amarelo
- ▼ Batata
- ▼ Caranha
- ▼ Budião fogueira
- ▼ Budião de trintade
- ▼ Atum azul
- ▼ Agulhão branco
- ▼ Miragaia

feioar as medidas de conservação das espécies e, neste sentido, estaria “comprometido” em receber informações sobre outras espécies de grande importância social e econômica para avaliar medidas complementares, reduzindo o impacto social e econômico sem prejudicar a conservação das espécies. “De acordo com este trabalho, foi evidenciado que, para algumas destas espécies, é plenamente possível conciliar a conservação com o uso”, completa a nota do governo.

Liberação pode incluir peixes mais comerciais

▄ As principais espécies pescadas no Brasil (como sardinha, pescada amarela, tainha, camarões, caranguejo-uçá, lagosta, corvina, castanha, serra, sarinha-lage, robalo, linguado, papa-terra, bonito, merluza, cação-azul, dentão, beijupirá, namorado e congro-rosa) não estão presentes na Portaria 445/14, justifica o Ministério do Meio Ambiente.

No entanto, pescadores rebatem que as principais espécies pescadas e usadas na culinária capixaba estão, sim, na lista, fato

que deve afetar drasticamente a economia do Estado e a renda das famílias que vivem da pesca.

Diante do impasse, o senador Ricardo Ferraço (PSDB) e o deputado Federal Evair de Melo (PV) também buscaram informações técnicas, produzidas por pescadores e engenheiros do setor, para manifestarem descontentamento ao ministro Sarney Filho.

PRESERVAÇÃO

Os políticos disseram que, no encontro, ficou claro que a liberação da pesca

é condicionada às regras existentes para garantir a preservação ambiental. “Nosso compromisso está em garantir a atividade pesqueira, com regras claras que permitam conciliar o equilíbrio das atividades econômica e ambiental. Pescador sério não quer a extinção de nenhuma espécie”, diz Evair de Melo.

O deputado e o senador esperam que o ministro libere a pesca para um conjunto de espécies de maior movimentação comercial no Estado - que é importante para a manutenção do

trabalho de milhares de pessoas. “Levamos as informações hoje (ontem) ao ministro, que nos deu a garantia que uma nova portaria será editada. A ideia não é incentivar a pesca predatória, mas sim manter os empregos e o sustento de mais de 16 mil trabalhadores”, argumentou Ricardo Ferraço.

O ministério, por sua vez, defende que a lista foi construída ao longo dos últimos anos, por meio de debates com o setor produtivo e com o objetivo de promover a recuperação de algumas espécies.



Sarney Filho: ministério alega recuperação de espécies

DIVULGAÇÃO